

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

PAULO SÉRGIO CEDARO ALONÇO

**A DINÂMICA DO SISTEMA BANCÁRIO E SEUS IMPACTOS NOS
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

Campinas
2008

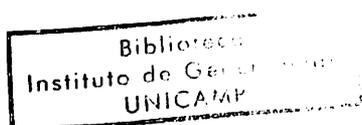
TCC/UNICAMP AI72d
AI72d
1290003822/IG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

PAULO SÉRGIO CEDARO ALONÇO

**A DINÂMICA DO SISTEMA BANCÁRIO E SEUS IMPACTOS NOS
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

Campinas
2008



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

PAULO SÉRGIO CEDARO ALONÇO

**A DINÂMICA DO SISTEMA BANCÁRIO E SEUS IMPACTOS NOS
CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA**

Monografia de conclusão de curso
apresentada como exigência para
obtenção de Bacharelado em Geografia
ao Instituto de Geociências da
Universidade Estadual de Campinas

Orientador: Prof. Dr. Marcio Antonio Cataia

Campinas
2008

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
N.º CHAMADA AL 72d
V. _____ EX. _____
TOMBO BC/ 3822
TOMBO IG/
PROC. 16-148-2009
C D
PREÇO 2511,00
DATA 09/31/2009
N.º CPD _____

2009 05359

Cod. tit. 49927

- 1) Sistema bancário livre - Brasil
- 2) Economia urbana
- 3) Ilhas - cidades

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências
Departamento de Geografia

TERMO DE APROVAÇÃO

Autor: Paulo Sérgio Cedaro Alonço

Título: A Dinâmica do Sistema Bancário e seus impactos nos Circuitos da Economia
Urbana

Orientador: Prof. Dr. Marcio Antonio Cataia

PARECERISTA

Dr. Marcio Antonio Cataia (IG/UNICAMP)

Campinas, 15 de dezembro de 2008

*Aos amigos, aos que não foram, a
minha família e a todos que
participaram deste período.*

AGRADECIMENTOS

Quando optei pelo curso de Geografia tinha em mente a ampliação do meu campo de visão e quando iniciei esta jornada sabia das dificuldades que poderiam ocorrer e as limitações que precisaria enfrentar, agora cinco anos depois me sinto satisfeito e feliz por cumprir o objetivo proposto e realizado por entender um pouco mais a nossa realidade e todos os fatores que a compõem.

A maior dificuldade que enfrentei foi a limitação de tempo disponível para me dedicar ao curso em virtude da divisão com o meu trabalho, o que me impossibilitou de usufruir plenamente as oportunidades que se apresentaram. Essa limitação também dificultou o acompanhamento das aulas e na elaboração de trabalhos, mas nos momentos de maior dificuldade pude contar com o auxílio de grandes amigos que encontrei na Universidade, sem eles o percurso teria sido ainda mais difícil. Agradeço a todos que me auxiliaram neste percurso, por menor que tenha sido o auxílio, sendo necessário citar duas pessoas, Viviane Cracel e especialmente Majore Sousa que sempre esteve presente nesses dez semestres do curso.

Tenho muito a agradecer aos professores que participaram dessa jornada, uns mais outros menos, mas todos com seu percentual de ensinamento e compartilhamento de experiências. Ao professor Marcio Cataia, agradeço pela pronta aceitação e tolerância na orientação deste trabalho.

Foram cinco anos difíceis com muitos obstáculos e o auxílio dos amigos e dos professores foi de grande importância, mas não seria possível superá-los sem a ajuda, consentimento, benevolência, paciência e dedicação da pessoa mais importante da minha vida, minha esposa Nilséia. Contando com o cursinho foram seis anos em que me ausentei das sete da manhã até as dez, onze horas da noite no intuito de alcançar esse objetivo e mesmo com todas as adversidades apresentadas sempre pude contar com seu apoio e carinho.

Peço desculpas aos meus filhos, Gabriela, Giovanni e Tiago pelo escasso tempo que pude dispor para vocês, o qual pretendo recuperar.

**“Temos de decidir apenas o que
fazer com o tempo que nos é dado”**

J.R.R. Tolkien

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	3
2 - A MOEDA: UM INSTRUMENTO BÁSICO PARA A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO.....	4
3 - O SISTEMA BANCÁRIO NO BRASIL.....	9
4 - O SISTEMA BANCÁRIO E SUA DISTRIBUIÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO	13
5 - O PERÍODO PÓS-PLANO REAL E A NOVA DINÂMICA DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO	22
5.1 – As FUSÕES/INCORPORAÇÕES BANCÁRIAS.....	25
5.2 - NÚMERO DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS X FUNCIONÁRIOS X POSTOS DE ATENDIMENTO.....	29
5.3 - O BANCO NOSSA CAIXA S/A.....	35
5.4 - A MOEDA ELETRÔNICA – CARTÕES DE DÉBITO E CRÉDITO.....	37
6 - A INTERNACIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO	42
7 - CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA.....	48

Tabelas e Gráficos

TABELA 1 - QUANTITATIVO DE INSTITUIÇÕES POR TIPO, E LOCALIZAÇÃO DA MATRIZ POSIÇÃO: 31.12.2006.....	21
TABELA 2 – QUANTIDADE E PERCENTUAL DE AGÊNCIAS E POSTOS DE ATENDIMENTO NAS REGIÕES E NO ESTADO DE SÃO PAULO (31/12/2006).....	23
TABELA 3 - MAIORES COMPRADORES PÓS 1994	26
TABELA 4 - AS QUINZE MAIORES INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (EM ATIVOS)	27
TABELA 5 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE BANCOS 2000/2007	28
TABELA 6 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE PONTOS DE ATENDIMENTO 2000/2007	30
TABELA 7 - ATENDIMENTOS (EM MILHÕES).....	31
TABELA 8 - NÚMERO DE TRABALHADORES DO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO-1994/2008.....	31
TABELA 9 - MERCADO DE CARTÕES	38
TABELA 10 - MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO	41
GRÁFICO 1 – LUCRO LÍQUIDO DOS 11 MAIORES BANCOS 1994-2006.....	32

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar sucintamente os fatores que propiciaram o surgimento do sistema bancário no mundo, sua instituição no Brasil e as alterações normativas e regulamentadoras que moldaram o sistema vigente no país e os impactos destas mudanças nos circuitos econômicos, principalmente após a implantação do Plano Real em 1994, que culminou numa grande reestruturação de todo o sistema por meio de mudanças nas atividades dos agentes financeiros do país. Entre os principais fatos que ocorreram após este evento citaremos as mudanças de controle acionário nas instituições ativas no país devido às aquisições por grupos estrangeiros, por meio dos programas de reestruturação do sistema (PROER e PROES) ou pela própria dinâmica do sistema. Para finalizar analisaremos as mudanças nos meios de pagamentos existentes, chegando aos meios eletrônicos proporcionados pelos cartões magnéticos de débito e crédito e sua representatividade nos dias atuais.

Palavras chave: Sistema Bancário, ^{Ume} moeda, cartões de débito, cartões de crédito, ^{OK} Plano Real.

Economia Urbana

1- Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar o surgimento do sistema bancário no Brasil, suas alterações e regulamentações e analisar os efeitos da nova dinâmica bancária, pós 1994, criada com a implantação do plano Real e com os novos produtos bancários lançados no mercado, especialmente a emissão e utilização dos cartões magnéticos de débito e crédito. Analisaremos os efeitos destas mudanças com vistas nos impactos causados nos circuitos da economia urbana e a conseqüente reorganização do espaço urbano. O nosso recorte espacial será o Estado de São Paulo em função da sua importância no cenário nacional, representando cerca de 40% da movimentação financeira do país e por possuir a maior rede bancária entre os estados brasileiros, com 32,70%¹ do total de agências bancárias do país. Devido a essa grande rede bancária existente no Estado, constituída por diversas instituições financeiras, optamos por aprofundar a questão da emissão dos cartões magnéticos em apenas uma instituição financeira, o Banco Nossa Caixa S/A. Esta escolha motiva-se pela representatividade da instituição no Estado, que atinge os vários segmentos da sociedade. O recorte temporal para a análise dos dados de emissão e utilização dos cartões de débito e crédito será o período de 2003 a 2007, onde verificaremos a grande ampliação destes meios de pagamento, viabilizada pelos avanços tecnológicos nas áreas de informática e comunicação, e pelas mudanças iniciadas em 1995 no sistema bancário. Buscaremos também apresentar a nova realidade do crédito proporcionada pelo cartão de crédito com abrangência internacional e o

fim das barreiras territoriais do crédito em relação ao indivíduo comum da sociedade.

2 - A moeda: Um instrumento básico para a organização do sistema financeiro

A moderna organização da atividade econômica apóia-se, essencialmente, na divisão do trabalho. Esse estágio de organização, na qual chegamos após a progressiva especialização das funções individuais e empresariais, pressupõe necessariamente a formação de um complexo sistema de trocas, cuja operacionalidade está associada ao funcionamento dos mercados, dos recursos de produção, de bens e serviços finais. A divisão do trabalho, que possibilitou as complexas e interdependentes redes de especialização, é um dos mais importantes fatores do desenvolvimento, e sem ela jamais as economias modernas ou de qualquer outra época teriam conseguido promover a expansão do bem estar material da sociedade (Rossetti, 1978). Podemos dizer que todo progresso econômico da atualidade está vinculada a esta especialização. O surgimento da moeda também foi um fator preponderante nesse processo, pois além de se constituir num instrumento imprescindível, encontra-se diretamente associada ao funcionamento e a organização dos modernos sistemas econômico-financeiros. É a moeda que propicia todas as formas de transações financeiras, constituindo-se no elo entre o trabalho desenvolvido pelos agentes produtivos e a posterior aquisição dos bens e serviços necessários a subsistência.

¹ Fonte: Banco Central do Brasil- 2006

Nos primeiros momentos históricos em que a divisão do trabalho começou a ser praticada, ainda não haviam sido desenvolvidos sistemas monetários, as trocas realizavam-se de maneira primitiva, baseadas no escambo, ou troca diretas em espécie, seja produtos por produtos ou produtos por serviços. Esse sistema baseava-se nas necessidades inversas dos produtores, ou seja, na necessidade do agente A no produto do agente B e a necessidade do agente B no produto do agente A, o que nem sempre acontecia de maneira natural, além da inexistência de equivalências entre os produtos ofertados.

A evolução do sistema de escambo deu-se através da elegibilidade de algumas mercadorias em moeda de troca, as mercadorias-moeda. Essas mercadorias-moeda variaram enormemente entre regiões e conforme a época analisada, mas sempre apresentaram pelo menos duas características comuns: todas foram relativamente raras (para terem valor) e atenderam a importantes necessidades comuns (para terem aceitação sem dificuldades e restrições). Entre as mercadorias que foram eleitas como instrumentos monetários podemos citar o tabaco e as peles no Canadá, os peixes secos no norte da Europa e a lã, a seda, e o açúcar e o sal nos tradicionais mercados do oriente. Mas esse sistema ainda não era prático o suficiente para sustentar a operacionalidade de um sistema monetário, pois as mercadorias-moeda não possuíam valor constante e não podiam ser reserva de valores por períodos prolongados, por serem perecíveis na sua maioria, além da dificuldade de transporte.

As dificuldades na utilização de mercadorias como instrumento monetário fez com que quase todas as antigas civilizações adotassem o metal como referência monetária, pois os metais, em sua maior parte, eram raros, duráveis, fracionáveis e homogêneos (Rossetti,1978), além de apresentarem grande valor para um pequeno peso. Essas características conduziram os metais, principalmente os preciosos, como os agentes monetários preferenciais. Foi utilizado o ferro, o cobre, o bronze, mas os metais mais utilizados foram o ouro e a prata, pela sua relativa raridade, durabilidade e homogeneidade. Inicialmente os metais foram utilizados em diversas formas, lingotes, em pó, pepitas, etc., o que necessitava de pesagem e avaliação por parte de peritos para sua utilização. Desse estágio inicial evoluiu-se para a cunhagem, a moeda. Os caracteres cunhados eram símbolos de grandes proprietários, de soberanos ou de chefes de Estado. Em sua origem a moeda é apenas uma mercadoria aceita mais geral e facilmente que as outras nas trocas, mas quando a autoridade pública passa a se responsabilizar pela cunhagem, a moeda perde o caráter de instrumento privado e facultativo das trocas e torna-se uma moeda pública cuja aceitação é obrigatória. Passa a ter curso legal e poder liberatório, ou seja, os credores e os vendedores são obrigados a aceitá-la em pagamento de seus créditos e suas mercadorias.

Paralelamente a evolução do metalismo desenvolveu-se embrionariamente os sistemas bancários. Desde a antiguidade temos registros de estabelecimentos criados especificamente para a guarda de metais, as casas de custódia. O aparecimento dos sistemas bancários talvez possa ser apontado como um dos

momentos históricos da evolução da moeda, por terem sido a base e a origem da moeda-papel.

Com o desenvolvimento dos mercados, com a multiplicação dos bens e serviços disponíveis e com o acentuado aumento das operações de troca, não só locais, como inter-regionais e internacionais, o volume de moeda em circulação aumentaria consideravelmente durante o século XVIII e, sobretudo após a Revolução Industrial, ao longo do século XIX. Gradativamente, tornavam-se maiores as dimensões da atividade econômica e em consequência, o manejo das moedas metálicas, pelos riscos envolvidos e pelas dificuldades de transporte, tornavam-se desaconselhável para as transações de maior vulto. Impunha-se, assim, como fundamental para a continuidade do crescimento econômico e expansão das operações de troca, a criação de um novo conceito de instrumento monetário. Essas novas exigências levariam a utilização, como meios alternativos de pagamento, das letras de câmbio ou dos certificados de depósito de moedas metálicas emitidos pelas primeiras casas de custódia de valores. Originariamente esses estabelecimentos apenas custodiavam o ouro dos depositantes, emitindo um certificado, o qual era apresentado posteriormente para a retirada do mesmo ouro, deduzido de uma taxa pela guarda. Inicialmente os depositantes recebiam de volta as suas próprias peças originais, o que evolui posteriormente para a emissão de certificados de depósito relativos a determinada quantidade de ouro, prata ou moedas metálicas, que na reconversão não eram entregues aos mesmos depositantes. O grande salto que possibilitou as casas de custódias se transformarem em casas bancárias foi a percepção de que o lastro metálico que

garantia as reconversões requeridas não precisava ser, necessariamente, igual ao total de valores dos certificados emitidos. Essa nova realidade percebida pelas, agora, casas bancárias possibilitou, dentro de certos limites, a concessão de créditos àqueles que necessitassem de financiamentos para seus investimentos. Os comerciantes por meio de operações de desconto de títulos comerciais obtinham créditos para a expansão de seus negócios. E os banqueiros, servindo como intermediários entre os cedentes (depositantes) e os tomadores, beneficiavam-se das receitas correspondentes aos juros.

As emissões desses títulos de valores pelas casas bancárias não possuíam, portanto, lastro suficiente de ouro ou prata que proporcionasse o pagamento de todos os títulos emitidos, o que representava considerável margem de risco. Esse risco ficou comprovado pelas inúmeras casas bancárias que foram à falência devido aos pedidos repentinos de saques dos seus depositantes. A evidência desse risco conduziu os poderes públicos a regulamentar o poder de emissão de notas bancárias, já então entendidas como papel-moeda. O direito de emissão de notas passou a ser confiado a uma única instituição bancária, controlada e ligada diretamente ao Estado. Surgiram, assim, os Bancos Centrais e as notas por eles emitidas passariam a ter garantias dadas pelas autoridades monetárias governamentais. As garantias de pagamento das notas emitidas pelo Estado, inicialmente, também eram baseadas no lastro metálico (reservas de ouro) do Tesouro Nacional, mas com o decorrer do tempo, devido ao seu curso forçado e garantido por lei o seu valor e seu poder liberatório, o papel-moeda seria desvinculado de quaisquer garantias metálicas. Com a imposição legal que

impedia à emissão de papel-moeda as casas bancárias continuariam a exercer a função de custodiar os valores, funcionando como depositárias do novo instrumento monetário em circulação, o papel-moeda. Essa proibição possibilitou o surgimento da síntese das instituições bancárias, o comércio do dinheiro por meio da guarda dos valores recebidos dos seus depositantes e concessão de empréstimos a tomadores, gerando assim receitas através de juros e tarifas cobradas dos seus clientes.

Inicialmente uma pequena parte do dinheiro em circulação ficava, efetivamente, confiada aos Bancos existentes, devido às experiências anteriores com falta de recursos para pagamento dos valores em circulação. Gradativamente em decorrência do contínuo desenvolvimento e expansão dos negócios os bancos foram conquistando a confiança do público e das empresas, embasadas pelo controle das autoridades monetárias sobre as instituições financeiras. Essa confiança proporcionou a criação da moeda escritural, o cheque, que representava a emissão de um papel lastreado por valores depositados numa conta bancária. O cheque foi o início dos diversos meios de pagamentos existentes na atualidade, os quais apontaremos no decorrer deste trabalho.

3 - O Sistema Bancário no Brasil

Até 1808 as funções de meio de troca e de pagamentos haviam sido cumpridas exclusivamente por moedas mercadorias - a exemplo do açúcar e do algodão - e por moedas metálicas originárias de Portugal e de outras partes do mundo. O primeiro Banco do Brasil, fundado em 1808, deu início a emissão de

notas bancárias e mudou o meio circulante no Brasil. O Banco foi criado após a vinda da família real para o Brasil e o intuito não foi fomentar a produção ou o comércio, mas possibilitar à coroa brasileira a emissão de moeda para suprir as suas necessidades, as quais não eram atendidas apenas com a cobrança de tributos. Diante deste fato o banco iniciou suas atividades em 1809 e as encerrou em 1829, e como seu papel se limitou a emissão de moeda, não houve nenhum abalo no sistema de crédito existente.

Apenas em 1838 o sistema bancário inicia suas atividades de fomento à economia por meio da captação de recursos e da concessão de crédito, com a criação do primeiro banco privado do país, o Banco Comercial. Criado por vários comerciantes do Rio de Janeiro, o banco propiciou uma melhora significativa econômico-financeira por meio da expansão da produção agrícola e do aumento da atividade comercial. Entre 1840 e 1889 o sistema bancário contava com 17 casas bancárias, 80% no Estado do Rio de Janeiro, que não podiam emitir moeda e se dedicavam a receber depósito e conceder empréstimos.

Em 1851 nasceu o terceiro Banco do Brasil, de controle privado, (Decreto nº 801, de 02.08.1851). Em 1853, nasceu o quarto Banco do Brasil, originário da primeira fusão bancária: o Banco do Brasil criado em 1851 uniu-se ao Banco Comercial do Rio de Janeiro (Lei nº 683, de 05.07.1853) e o novo estabelecimento se consolidou e se expandiu por vários Estados. Em 1906 nasceu o quinto Banco do Brasil, fruto de nova fusão: o Banco do Brasil de 1853 uniu-se ao Banco da

República do Brasil (Decreto nº 1.455, de 30.12.1905), sendo que o atual Banco do Brasil é a continuidade da fase iniciada em 1906.

Do início das operações bancárias no país, em 1838, até a consolidação do Banco do Brasil em 1906, como representante do Estado e única instituição autorizada a emitir moeda, o território brasileiro não possuía uma articulação entre as regiões produtivas do país. Essa desarticulação, devido a falta de infraestrutura, comunicações e transportes, gerou “regiões monetárias isoladas” (Contel, 2006), o que ocasionou uma legislação regional de emissão de títulos de crédito, que exerciam a função de moedas locais ou regionais. A inexistência de uma autoridade monetária nacional auxiliava nessa “regionalização financeira”.

“No caso de São Paulo, apesar de haver já um dinamismo econômico robusto, desde ao menos as duas últimas décadas do século XIX, os principais circuitos geradores de excedentes à época (isto é, os circuitos de exportação do café) se utilizavam de outros atores (que não os bancos) como forma de financiar a produção. Era o caso principalmente dos chamados “comissários do café”, que acabaram gerando uma rede de concessão de créditos que não estimulava a atividade bancária no Estado”. (Contel p.16)

Até o ano de 1905 não existia nenhuma regulamentação estatal no sistema bancário existente, com a consolidação do Banco do Brasil como agente do Estado o setor começou a ter normas nacionais de regulação e controle. Em 1920 foi criado o primeiro órgão fiscalizador dos bancos existentes. A Inspeção Geral dos Bancos, prevista no artigo 5º do Decreto nº 4.182, de 13.11.20, e no artigo 2º da Lei nº 4.230, de 31.12.20. O Decreto nº 14.728, de 16.03.21, aprovou o regulamento para a fiscalização dos bancos e das casas bancárias. O mesmo decreto criou a carteira de Redesconto, que possibilitava aos bancos nacionais maiores garantias para suas operações de crédito, pois em caso de necessidade

poderiam recorrer ao Banco do Brasil, o que diminuiu a vulnerabilidade do sistema.

Em 1945 nasceu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), através do Decreto-Lei nº 7.293, de 02.02.45. Incumbida de exercer o "controle do mercado monetário", a SUMOC recebeu do Banco do Brasil as atribuições da Carteira de Redesconto e começa a definir os valores dos depósitos compulsórios dos bancos, ou seja, nasce a autoridade monetária nacional. Em 1964 foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil, em substituição a SUMOC, através da Lei nº 4.595, de 31.12.64, a qual regulamentou o Sistema Financeiro Nacional (SFN). Muito mais do que institucionalizar o Sistema Financeiro Nacional, por meio de agentes bem definidos a reforma instituída em 1964/65 proporcionou ao sistema bancário uma maior capacidade de captação de recursos com a institucionalização da correção monetária, a princípio apenas de títulos públicos e posteriormente de todos os depósitos bancários. A lei da Usura de 1933 permitia a cobrança máxima de 12% de juros ao ano, o que foi contornada pela correção monetária, possibilitando a cobrança de juros reais positivos nas transações financeiras.

Em 1988 ocorre uma grande mudança no enfoque do sistema bancário, que deixa de ser restrito a determinadas operações, possibilitando a oferta de todos os serviços financeiros. Nasceram os bancos múltiplos, instituídos pela Resolução nº 1.524 de 21.09.88 do CMN, os quais são autorizados a executar atividades que

eram realizadas separadamente por corretoras de seguros, distribuidoras de títulos e valores e demais operações financeiras ou de serviço.

4 - O sistema bancário e sua distribuição no território brasileiro

A regionalização existente até a institucionalização do Banco do Brasil como agente do Estado no sistema financeiro não estimulou a criação de uma rede bem distribuída pelo território, como cita Flávio Saes:

"Não há dúvida que as histórias monetárias fazem amplo relato dos eventos referentes aos estabelecimentos bancários do Rio de Janeiro (...) uma vez que o desenvolvimento bancário em São Paulo se dá mais tarde". (Saes, p.47)

A topologia bancária que se criou a partir de 1905 se limitou as grandes cidades do território e a sua quase inexistência no interior restringia o uso dos serviços bancários por fazendeiros e colonos, que preferiam moeda manual conforme cita Fábio Contel (2006).

A partir de 1915 o Banco do Brasil inicia a expansão da sua rede de atendimento para todos os estados da federação o que ocorre em 1921, já em 1928 a rede conta com 73 agências em todo território nacional.

"Pode-se dizer, portanto, que há um sentido "distributivo" da ação do Banco neste período, já que se preocupa em integrar o território do ponto de vista financeiro, independente do nível de desenvolvimento econômico dos estados da federação". (Contel p.23)

No período compreendido entre 1905 e 1928 também temos a criação de diversas instituições financeiras, na sua grande maioria Bancos e Caixa Econômicas fundadas pelos estados da federação, que aumenta a quantidade de postos de atendimento e captação de depósitos no território.

Outro evento que marcou esta nova ordem do sistema bancário no país foi a criação das Câmaras de Compensação de cheques a partir de 1921. A partir deste ponto a moeda escritural ou contábil, o cheque, se torna o instrumento para a movimentação dos saldos bancários, melhorando a eficiência das transações comerciais e propiciando maior velocidade aos processos financeiros.

Os papéis exercidos pelo Banco do Brasil desde 1905 como Banco Comercial, agente do Estado e Banco do Tesouro da nação tornava sua função de regulador (função da autoridade monetária do país) complicada, o que dificultava a adoção de políticas monetárias eficientes (Contel,2006).

Esta questão foi resolvida com a criação em 1945 da Superintendência da Moeda e do Crédito, a SUMOC, que teria como função ser a autoridade monetária da nação. Entre as funções exercidas pela SUMOC podemos destacar: a política cambial e a fiscalização de entrada e saída de capitais estrangeiros, a fixação das taxas de juros dos bancos comerciais, os tetos e taxas de redesconto do sistema financeiro e o percentual dos depósitos recebidos pelos bancos que deviam ser recolhidos à autoridade monetária ou a instituição indicada para isso, o compulsório.

A SUMOC também define quais as instituições que comporiam a base do sistema financeiro do país: os bancos comerciais nacionais, os bancos estrangeiros e as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, as “financeiras”. Esse novo quadro constituído possibilitou a extensão da rede bancária existente, auxiliada pela expansão do meio técnico-científico, que gerou

a necessidade de uma maior concessão de crédito e de captação das instituições financeiras, ou seja, a nova realidade de concessões de crédito incitava a abertura de novas agências e também a necessidade de captação de recursos.

“As instituições bancárias precisarão acompanhar as novas necessidades de financiamento das atividades econômicas, que se multiplicam num espaço geográfico cada vez mais integrado, diversificado e tecnizado”. (Contel, p.84)

Esse movimento possibilitou a ampliação do número de agências de 4.038 em 1951 para 6.826 em 1964, um crescimento de 69% destes fixos geográficos no período. Mas se até 1945 a ampliação da rede bancária no Brasil ocorria com o aumento de instituições existentes, a partir da criação da SUMOC ocorre um controle e uma concentração gerada pelo Estado visando ganhos de escala, em virtude do aumento dos custos operacionais dos bancos.

“... a SUMOC vai imprimir uma distribuição mais controlada da rede de agências bancárias no país. Isto é, além da Autoridade Monetária fomentar um processo de concentração bancária, interfere também no processo de distribuição das agências no território”. (Contel, p.55)

A relação de número de agências por instituição passa de 2,7 em 1944 para 19,9 em 1964. Esse processo foi possível pelas fusões/aquisições ocorridas neste período. Quanto a distribuição das agências pelo território era notório a concentração nas áreas com maior dinamismo econômico, como o Estado de São Paulo e da Guanabara. A nova distribuição destes “fixos geográficos” seria regulamentada pela Instrução nº 37 de 20/06/1951 que dividiu o território em três categorias, dependendo do grau de desenvolvimentos econômicos, produtivos e comerciais, relacionados à instalação quantitativa ideal de novas agências:

- 1- Zonas de captação de fundos, ou desenvolvidas, onde as atividades econômicas não conseguem absorver os recursos disponíveis;
- 2- Zonas Fluorescentes, já desenvolvidas, mas com capacidade de absorção de capital;
- 3- Zonas Novas, locais onde recentemente havia iniciado as atividades econômicas.

As ações aplicadas pela SUMOC obtiveram grande sucesso na distribuição das agências bancárias, conforme relata Vanessa Corrêa:

"Com o objetivo de controlar a atividade de abertura de agências bancárias para o período 1950/1960, as autoridades monetárias buscaram realizar algumas metas (...) Como consequência, a legislação implantada na década de 1950 acabou por determinar um crescimento absoluto de agências em todas as regiões".
(Vanessa Corrêa in Moeda e Território, 2006)

Percebemos que no período de 1944 a 1964 o sistema bancário teve inicialmente um aumento sem controle estatal, no número de unidades e de instituições e a partir de 1951 esse aumento continua ocorrendo apenas no número de agências instaladas, enquanto que a quantidade de agentes envolvidos diminuiu devido a aquisições ou fusões que ocorreram no mercado.

O sistema bancário sempre se apoiou nas atividades comerciais para ampliar sua rede. Essa característica pode ser verificada no modo de ampliação da rede de agências durante toda sua evolução, pois desde o século XIX as instituições possuíam agências apenas nas localidades que apresentavam uma dinâmica, inicialmente comercial e posteriormente industrial. Nesse processo as redes ferroviárias se tornam referência na distribuição de agências, principalmente no Estado de São Paulo. Até 1905 o sistema bancário não havia se alicerçado no estado em decorrência do papel exercido pelos chamados "comissários do café"

que concediam créditos aos barões do café, mas a partir da normatização do Banco do Brasil, essa função passou a ser exercida pelos bancos, visando o controle da atividade. Esse novo quadro estimulou a abertura de agências bancárias em diversas cidades do estado, que já possuíam uma dinâmica comercial em virtude do comércio do café, fato que já havia estimulado a instalação das ferrovias. Fábio Contel (2006, p.29) cita a capilaridade que a Caixa Econômica do Estado de São Paulo possuía em 1919, dois anos após a sua fundação, com 52 agências que atendiam praticamente todos os municípios servidos pela rede ferroviária do Estado. Podemos perceber uma relação interdependente entre os locais de consumo e de produção e o sistema bancário, como cita Leila Dias:

“A indústria se compõe de centros de produção unidos entre eles por um laço relativamente material, ou seja, pelas vias de transporte, e por um laço relativamente espiritual, ou seja, pelos bancos... Existem relações tão estreitas entre a rede de bancos e a rede de linhas de transportes, que um dos dois estando traçado, com a figura mais conveniente à melhor exploração do globo, o outro se encontra paralelamente determinado nos seus elementos essenciais”.
(CHEVALIER apud Leila Dias 2000)

Seguindo as relações existentes entre linhas de transportes e bancos, ou seja, pela necessidade de crédito, a nova dinâmica de integração territorial imposta pelo Estado na década de 1960, por meio do sistema rodoviário, também influenciou a distribuição de novas agências bancárias no território nacional, no intuito de fomentar as novas fronteiras comerciais que surgiram com esta nova política de integração do território. A grande diferença entre o período atrelado as

ferrovias e ao novo modelo é a maior abrangência do novo modal, propiciando uma maior capilaridade do sistema bancário.

“Houve uma possibilidade de aumento da circulação material, já que a ampliação desta rede-suporte permite uma integração capilarizada (dado ao expressivo alcance das redes) dos diferentes sistemas de ações produtivos instalados no território”. (Contel p. 98)

A partir da década de 1960 o país vivenciou uma grande expansão da rede bancária pelo território, não apenas pela maior abrangência proporcionada pelo modal rodoviário, mas principalmente pelas novas bases tecnológicas que passam a ser implementadas no território.

A partir de 1962 o Estado Brasileiro cria vários órgãos, por meio do Código Brasileiro de Telecomunicações, com a tarefa de impulsionar a renovação da base de telecomunicações do País (Contel, 2006). Dentre os órgãos criados podemos citar o Sistema nacional de Telecomunicações, o Conselho Nacional de Telecomunicações, o Departamento Nacional de Telecomunicações e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL). Após a instituição destes órgãos é criada a TELEBRÁS (Telecomunicações Brasileiras S/A), empresa estatal responsável pela coordenação da infra-estrutura de telecomunicações do País e que através do Decreto nº 74.379, de 1974 “foi designada “concessionária geral” para exploração dos serviços públicos de telecomunicações em todo o território nacional”. (Anatel, 2006 apud Contel)

Essa nova estrutura criada possibilitou a inclusão de diversos pontos do país na rede já formada, sendo evidenciada a partir de década de 1970, conforme cita Contel (2006, p.106), pelo início da utilização de satélites em 1969.

“O sistema técnico composto pelos satélites em órbita, e seus respectivos retransmissores instalados em pontos estratégicos do território, conseguem conectar lugares inóspitos do espaço nacional, aumentando assim a quantidade de usos possíveis destas partes do território em questão”. (Castillo, 1999 apud Contel)

Por meio de novas técnicas os bancos dão início ao processo de automatização das funções executadas, minimizando os serviços manuais efetuados por funcionários e criando os Centros de Processamento de Dados para centralizar as informações de toda a rede, o que era feito após o expediente nas agências, por meio de digitação em setores de retaguarda ou apoio. Com a introdução dos computadores na rede de atendimento esta conexão passou a ser *on-line* dinamizando ainda mais as operações executadas e oferecendo aos clientes informações atualizadas automaticamente sobre suas contas. Essa nova realidade eliminou a compensação de cheques que ocorria durante o período noturno, onde eram coletados os dados dos cheques recebidos durante o dia nas agências, para posterior troca entre os bancos. Com a informatização das agências esta coleta de dados é efetuada diretamente no caixa da unidade, assim como todos os demais serviços de digitação. O reflexo dessa nova estrutura criada pelo sistema bancário proporcionou uma maior “velocidade da circulação do dinheiro no território” (Contel, 2006, p.112), o que fica bem caracterizado após a implantação em 2002 do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP) que proporcionou ao Banco Central o controle sobre as transferências financeiras entre instituições (para valores acima de R\$ 5.000,00) através da Transferência Eletrônica Disponível (TED), que somente é efetivada se o Banco emitente possuir reservas (saldo) para cobertura da transação. Este novo fato possibilita ao BACEN

um melhor controle sobre a situação das instituições financeiras, proporcionando maior segurança ao sistema financeiro.

“O sistema bancário brasileiro foi talvez o principal beneficiário da introdução dos sistemas técnicos informacionais no território. Dada a enorme quantidade de dados e mensagens que os atores financeiros geram e gerenciam, a passagem de um meio técnico-científico, para um meio técnico-científico informacional aumentou sensivelmente a produtividade e a eficiência das ações bancárias no território”. (Contel, p.150)

Esta nova integração do território passa a ser utilizada pelo sistema bancário possibilitando a diminuição dos espaços relativos e a centralidade de controle do sistema. Um número cada vez menor de agentes é necessário para organizar e controlar o sistema, pois os fixos geográficos cumprem o papel de atendimento ao cliente e o comando total da rede fica centralizado em determinados pontos. Conforme citamos anteriormente o Estado de São Paulo foi incluído no sistema bancário após a institucionalização do Banco do Brasil como regulador em 1905, o que não atrapalhou em nada a centralização do sistema nacional no Estado. O ciclo do café na região Sudeste, principalmente no estado de São Paulo proporcionou um grande acúmulo de capital, possibilitando um vigoroso dinamismo comercial, a implantação de linhas de transportes e de comunicações eficientes que por conseqüência, já que estão interligadas, a instalação de uma dinâmica rede bancária, inicialmente em toda a região, e posteriormente mais centralizada no Estado de São Paulo.

“A diminuição dos centros de comando das finanças privilegia algumas cidades do território, que passam a abrigar a maior parte das sedes das instituições financeiras nacionais. São Paulo como notam os geógrafos Roberto Corrêa Lobato (1989; 2006), Milton Santos (1993), Leila Dias (1995) e Adriana Bernardes (2001) passa a ser neste período o centro de comando informacional e financeiro do País”. (Contel, p.151)

A cidade de São Paulo possui atualmente conexões com as principais cidades dos outros países, ou seja, é uma cidade mundial, tendo um papel fundamental em todas as ações efetuadas no território nacional. Esta importância deve-se ao fato das matrizes da maioria das grandes empresas multinacionais estarem sediadas na cidade de São Paulo, tornando-a o principal "nó", do território brasileiro, de uma imensa rede de comando internacional. No sistema bancário não seria diferente, mesmo possuindo pontos descentralizados de comando pelo território, os principais bancos instalados no país tem na cidade de São Paulo sua matriz e principal ponto de controle.

Tabela 1

Quantitativo de instituições por tipo, e localização da matriz Posição: 31.12.2006				
Região/U F	Banco Múltiplo	Banco Comercial	Caixa Econômica	Total
Nordeste	9			9
Norte	1	1		2
Centro-Oeste	4	1	1	6
São Paulo	85	14		99
Sudeste	108	18		126
Sul	15	1		16

Elaborado por Paulo S. C. Alonço

Fonte de Dados Banco Central do Brasil em: <http://www.bcb.gov.br/htms/Deorftr200612/quadro3.asp?idpai=REVSFN200612>

Como podemos verificar na tabela X a quantidade de instituições que possuem a base de controle no Estado é de 99 instituições, ou seja, 62,26% das instituições presentes no país, considerando que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica possuem sua sede em Brasília e os Bancos Estaduais nas suas respectivas capitais, esse percentual se torna ainda mais representativo, o que demonstra a importância do Estado no cenário nacional e internacional.

5 - O período pós-plano real e a nova dinâmica do sistema bancário brasileiro

A reforma bancária de 1964/65 possibilitou às instituições financeiras do país um dinamismo no que se refere à captação de depósitos no território por meio da institucionalização da correção monetária. A criação da correção monetária que inicialmente serviu para remunerar apenas os títulos públicos emitidos pelo Estado foi gradativamente utilizada para a remuneração de todos os depósitos captados pelo sistema bancário gerando taxas de juros positivas. Antes da reforma a Lei de Usura de 1933 autorizava a remuneração máxima de 12% ao ano de juros sobre os depósitos captados, o que em períodos de elevada inflação desmotivava os depósitos nas instituições instaladas no país, fomentando a compra de moeda estrangeira ou de imóveis. A nova condição de remuneração financeira dos depósitos proporcionou uma ampliação da rede de unidades visando à captação de novos recursos e a concessão de empréstimos a prazos mais longos. Nesta reforma foi criado O Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil, executor das ações do CMN e responsável pela política monetária e creditícia, pela emissão de papel-moeda, pela carteira de redesconto e pela custódia dos depósitos compulsórios e demais funções delegadas anteriormente a SUMOC, ao Banco do Brasil e ao Tesouro Nacional.

Com a promulgação da nova Constituição Brasileira em 1988 o Conselho Monetário Nacional por meio da resolução 1524 de Setembro/1988 cria a figura jurídica dos Bancos Múltiplos, possibilitando aos bancos o comando centralizado de várias instituições financeiras e também de outros ramos, como o industrial e

de serviço, ou seja, amplia a capacidade de atuação e controle do sistema bancário no território. Outra alteração importante foi o fim da necessidade de "cartas patentes" (criadas em 1945 pela SUMOC), , que autorizavam a abertura de novos pontos de atendimento, extinguindo a regulamentação sobre o planejamento da topologia bancária nacional exercida pelas autoridades monetárias. Essa nova realidade proporcionou aos bancos a abertura de agências aonde o movimento de capitais e a consolidação do meio técnico-científico informacional aparecem de forma mais destacada e dinâmica. Fato que é demonstrado pela atual distribuição de agências no território nacional com destaque para a região Sudeste com 54,48% e o Estado de São Paulo com 32,7% do total de agências do país.

Tabela 2

Quantidade e percentual de Agências e Postos de Atendimento nas Regiões e no Estado de São Paulo (31/12/2006)

UF e Região	Total de Agências	Total de Pontos de Atendimento (1)	% Total Agências do País na UF	% Total Pontos de Atendimento do País na UF	Agências na(s) Capital(is)	% do Total de Agências da UF nas capitais	Agências em outras Cidades das UF	% do Total de Agências da UF em outras cidades	Total de Municípios na UF	Agências por Município	Postos de Atendimento por Município
Nordeste	2.566	3.526	14,14	14,05	896	34,92	1.670	65,08	1.793	1,43	1,97
Norte	704	1.103	3,89	4,40	276	39,20	428	60,80	449	1,57	2,46
Centro Oeste	1.353	1.838	7,48	7,33	540	39,91	813	60,09	482	2,81	3,81
São Paulo	5.915	8.501	32,70	33,88	2.167	36,64	3.748	63,36	645	9,17	13,18
Sudeste	9.853	13.649	54,48	54,40	3.710	37,65	6.143	62,35	1.668	5,91	8,18
Sul	3.611	4.976	19,96	19,83	702	19,44	2.909	80,56	1.188	3,04	4,19
Total	18.087	25.092			6.124	33,86	11.963	66,14	5.580	3,24	4,50

Elaborado por Paulo S. C. Alonço
 Fonte de Dados Banco Central do Brasil em: <http://www.bcb.gov.br/?REVSFN200612>

As mudanças instituídas em 1964/65 e em 1988 alteraram com muita intensidade a atuação das instituições bancárias no país, mas um marco de grande importância no sistema bancário nacional foi a implantação do Plano Real em 1994.

O país apresentou vários quadros inflacionários, o que possibilitou aos bancos altos lucros apenas com a remuneração dos depósitos pelas taxas de juros pagas pelos papéis emitidos pelo Governo Federal, principalmente após a instituição da correção monetária em 1964/65. Na segunda metade do século XX o país passou por várias crises inflacionárias, geradas ou pelo aumento dos gastos públicos, por crises internacionais, como a do petróleo na década de 1970 ou pelo aumento dos juros da dívida externa. O auge desse processo aconteceu nas décadas de 1980/90, quando a taxa de inflação chegou a atingir 2.751% entre fevereiro/1989 e fevereiro/1990, período em que o governo brasileiro instituiu diversos planos econômicos objetivando minimizar o processo inflacionário. Os principais planos econômicos lançados pelo governo nas décadas de 1980/1990 foram:

- Os planos Cruzado I e Cruzado II em 1986;
- O Plano Bresser em 1987;
- O plano Verão em 1989;
- O plano Collor I em 1990 e o Collor II em 1991.

Todos esses planos fracassaram na intenção de resolver o crônico problema inflacionário do país. Com base nos fracassos anteriores o Plano Real foi elaborado em Julho/1994 na gestão do Presidente Itamar Franco e do Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, calcado na paridade do Real com o Dólar e o não congelamento de preços. Após alguns ajustes, o Plano Real se consolidou e possibilitou ao país taxas de inflação nos patamares de países do Centro do sistema capitalista.

Como impacto do fim do processo inflacionário verificou-se a queda na participação do setor financeiro no PIB que passou de 15,61% em 1993 para 6,94% em 1995 (IBGE/DECNA (1997 p.24-5). Esse quadro revelou a ineficiência na atuação dos bancos, dos quais vários não suportaram o fim dos ganhos com o processo inflacionário e conseqüentemente não conseguiram se reestruturar ao novo modelo vigente, gerando uma grande crise no sistema bancário. Com a redução das taxas de inflação e conseqüente estabilização da economia o sistema bancário foi submetido a grandes alterações, os bancos se viram impelidos a efetuar com urgência uma reestruturação interna e a reorganizar estrategicamente suas atividades, desde ajustes na sua estrutura patrimonial, passando pela revisão no seu padrão de rentabilidade até processos de fusões e incorporações.

5.1 – As Fusões/incorporações bancárias

Com o fim dos ganhos inflacionários – principalmente das instituições com grandes valores em títulos públicos, e a redução da liquidez do sistema, devido à inexperiência nas concessões de crédito gerando altos índices de inadimplência –, resultou uma crise sistêmica no setor bancário, o que provocou a intervenção do Banco Central do Brasil no sistema bancário, por meio do aumento no percentual do compulsório e a limitação de prazos nas operações de crédito. O governo instituiu dois programas de reestruturação do sistema bancário, o Programa de Estimulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), com o objetivo de estimular a transferência do controle acionário dos bancos privados em dificuldades para instituições sem problemas, e o Programa

de Estimulo à Redução do Setor Público na Atividade Bancária Estadual (PROES), com o objetivo de sanear os bancos estaduais.

Além das reestruturações internas ocasionadas pelo PROER e PROES, e, motivado pela liberação financeira do país com a inserção no fluxo internacional de capitais, várias instituições financeiras internacionais adquiriram bancos nacionais ou expandiram suas ações no país. Cabe ressaltar que no PROER foram investidos cerca de R\$ 21 bilhões, mas apenas seis aquisições, de um total de cinquenta e quatro, se efetivaram com esse financiamento, as mais importantes foram as dos bancos, Econômico, Nacional e Bamerindus, as demais quarenta e oito aquisições foram efetuadas sem financiamento público. Mesmo com o aporte de capital internacional os bancos que efetivaram mais aquisições foram de capital e controle nacional, o Bradesco e o Itaú.

Tabela 3

Maiores Compradores Pós 1994

Banco Comprador	Período	Quantidade de Aquisições
BRDESCO	JAN/97 A JAN/06	16
ITAÚ	JUL/95 A MAI/06	9
UNIBANCO	NOV/95 AJUN/04	8
ABN AMRO	JUL/98 A AGO/03	4
SANTANDER	DEZ/97 A NOV/00	4

Elaborado por Paulo S. C. Alonço Fonte: Banco Central do Brasil – www.bcb.gov.br

As políticas adotadas pelo Estado (PROER, PROES), a concorrência existente no sistema financeiro, mais as fusões e incorporações que aconteceram após 1994, alteraram substancialmente o quadro de instituições financeiras no

país. Cabe ressaltar que este processo permanece ativo até os dias atuais e continuará acontecendo em virtude da grande concorrência existente no setor e a incessante busca por ganhos de escalas e redução de custos.

Tabela 4

As quinze maiores Instituições financeiras (em ativos)

Posição	Dezembro de 1995			Dezembro de 1998			Junho de 2007		
	Instituições	Origem do Capital	Matriz	Instituições	Origem do Capital	Matriz	Instituições	Origem do Capital	Matriz
1	CEF	PF	BRASÍLIA	BB	PF	BRASÍLIA	BB	PF	BRASILIA
2	BB	PF	BRASÍLIA	CEF	PF	BRASÍLIA	ITAU	PN	SAO PAULO
3	BANESPA	PE	SÃO PAULO	BRABESCO	PN	OSASCO	CEF	PF	BRASILIA
4	BRABESCO	PN	OSASCO	ITAÚ	PN	SAO PAULO	BRABESCO	PN	OSASCO
5	UNIBANCO	PPE	SÃO PAULO	UNIBANCO	PPE	SAO PAULO	ABN AMRO	PCE	SAO PAULO
6	ITAÚ	PN	SÃO PAULO	BANESPA	PF	SAO PAULO	UNIBANCO	PCE	SAO PAULO
7	BAMERINDUS	PN	CURITIBA	BANCO REAL	PN	SAO PAULO	SANTANDER	PCE	SAO PAULO
8	BANCO REAL	PN	SÃO PAULO	BANRISUL	PE	PORTO ALEGRE	SAFRA	PN	SAO PAULO
9	NOSSA CAIXA	PE	SÃO PAULO	HSBC	PCE	CURITIBA	HSBC	PCE	CURITIBA
10	BANRISUL	PE	PORTO ALEGRE	NOSSA CAIXA	PE	SAO PAULO	VOTORANTIM	PN	SAO PAULO
11	SAFRA	PN	SÃO PAULO	SAFRA	PN	SAO PAULO	NOSSA CAIXA	PE	SAO PAULO
12	CREDIREAL	PE	JUIZ DE FORA	SANTANDER BRASIL	PCE	RIO DE JANEIRO	CITIBANK	PCE	SAO PAULO
13	BANERJ	PE	RIO DE JANEIRO	SUDAMERIS	PCE	SAO PAULO	UBS PACTUAL	PCE	RIO DE JANEIRO
14	BCN	PN	BARUERI	ABN AMRO	PCE	SAO PAULO	BANRISUL	PE	PORTO ALEGRE
15	BCO DO NORDESTE	PF	FORTALEZA	CITIBANK	PCE	SAO PAULO	BBM	PN	SALVADOR

Elaborado por Paulo S. C. Alonço Fonte: Banco Central do Brasil – www.bcb.gov.br PF –Público Federal/ PE - Público Estadual/ PN - Privado Nacional/ PPE - Privado com participação estrangeira/ PCE - Privado com controle estrangeiro

Tabela 5

Variação do Número de Bancos 2000/2007

PERÍODO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Número de Bancos	192	182	167	165	164	161	159	156
Privados nacionais com e sem participação estrangeira	105	95	87	88	88	84	85	87
Privados estrangeiros e co controle estrangeiro	70	72	65	62	62	63	61	56
Públicos Federais e Estaduais	17	15	15	15	14	14	13	13

Banco Central do Brasil – www.bcb.gov.br

Na tabela 5 verificamos que as duas grandes mudanças referentes ao controle acionário das quinze maiores instituições financeiras do país foram a queda de 50% nas instituições que possuíam controle público (de oito em 1995 para quatro em 1998 e 2007) e o aumento dos bancos sob controle estrangeiro, passando de zero em 1995 para cinco em 1998 e seis em 2007. Se considerarmos todos os bancos múltiplos, existiam cinquenta instituições estrangeiras com participação percentual variável em oitenta e três bancos do país em 2007 conforme dados do Banco Central. Essas mudanças demonstram o quanto as políticas monetárias efetuadas pelo Estado e a concorrência no sistema bancário desde a implantação do Plano Real em 1994 alterou a dinâmica do setor no país. Deve-se notar o crescimento que o Banco Itaú S/A apresentou no período 1995/2007, passando da sexta para a segunda posição no ranking das maiores instituições bancárias, e com a recente fusão anunciada com o Unibanco S/A (Outubro/2008) será o maior conglomerado financeiro da América Latina. Outro

dado importante é o desaparecimento de grandes bancos no período, entre eles o Banespa, comprado pelo Santander (Espanhol), O Bamerindus, comprado pelo HSBC (inglês) e o Banco Real, comprado pelo ABN-AMRO (Holandês). Na tabela percebemos que a concentração do sistema continua o seu processo, pois em 2000 existiam 192 bancos em atividade no país contra 156 em 2007, representando uma queda de 18,75% nos números de atores no sistema.

5.2 - Número de agências bancárias x funcionários x postos de atendimento

Além das mudanças ocorridas na quantidade de instituições presentes no sistema financeiro e as alterações de controles acionários os bancos tiveram que se adaptar a novas exigências do mercado nacional e globalizado. O avanço tecnológico e a utilização maciça dos meios de comunicação que se iniciaram na década de 1970 foram amplamente acelerados após o Plano Real. Mas apenas melhorias técnicas não seriam suficientes para manter ou alavancar os lucros dos bancos, assim as instituições financeiras do país foram obrigadas a aumentar a disponibilidade de crédito, fomentar a venda dos produtos já existentes, criar novos produtos e tarifar todos os serviços prestados.

Paralelo, porém, sem similaridade ao que ocorreu nas décadas de 1910/1960, quando os bancos ampliaram seus pontos de atendimento em busca da captação de depósitos para ampliar sua capacidade de concessão de crédito, a nova dinâmica do sistema bancário após o Plano Real seguiu o mesmo caminho, pois os ganhos com a inflação já não existiam e ampliar as operações de crédito

Tabela 7 (Em milhões)

Atendimentos	Número	% sobre o Total
Caixas de agências	3.799	10,40%
Auto Atendimento	11.901	32,40%
Call Canter	1.194	3,30%
Internet Banking	6.163	16,80%
Débitos automáticos	8.995	24,50%
Número de cheques compensados	1.709	4,70%
Correspondentes e PDV*	2.921	8,00%
Total	36.682	100,00%

Nota: *PVD = Pontos de Vendas
Fonte: Febraban

Tabela 8

Numero de trabalhadores do setor bancário brasileiro -1994/2008

Ano	Número de empregados
1994	571.285
1995	558.692
1996	483.165
1997	446.830
1998	426.442
1999	406.315
2000	402.425
2001	400.802
2002	* não disponível
2003	389.074
2004	382.786
2005	402.977
2006	424.993

Elaborado por Paulo S. C. Alonço Fonte: Febraban.org.br/bd - Dados dos bancos participantes

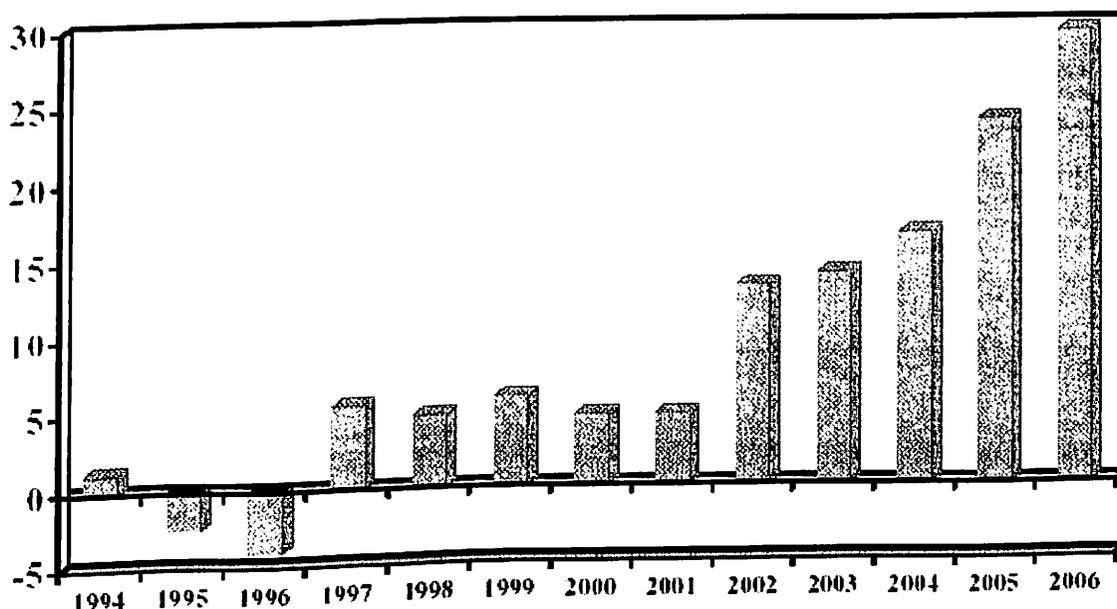
Com relação aos postos de trabalho nos bancos brasileiros podemos verificar por meio da tabela 8 que o setor sofreu baixas expressivas nos três primeiros anos pós Plano Real, regredindo de 571.285 para 446.380 postos de trabalho, uma queda de 21,95%. Esse declínio se manteve, em menores taxas, até o ano de 2004 com uma redução de 33% no quadro de funcionários dos bancos em comparação com 1994. Apenas em 2005 o setor voltou a contratar,

apresentando assim um número próximo daquele que existia em 1998.

Gráfico 1

Lucro líquido dos 11 maiores bancos 1994 – 2006

(em R\$ bi)



Fonte: BCB, Anuário do Balanço dos Bancos
 Elaboração: Rede Bancária do DIEESE
 in: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec55FusaoBancaria.pdf>

O impacto causado pela implantação do Plano Real ocasionou uma queda acentuada na lucratividade, baseada no processo inflacionário e no alto *spread* que existia nas operações de crédito, dos bancos brasileiros. Nos anos de 1995 e 1996 o sistema apresentou prejuízos, mas já em 1997 voltou a acumular altos lucros que se mantiveram na faixa dos R\$ 5 bilhões até o ano de 2001. A partir do ano de 2002 a lucratividade dos bancos atingiu cifras acima dos R\$ 10 bilhões iniciando uma curva ascendente chegando próximo dos R\$ 30 bilhões em 2006.

Portanto podemos perceber que após o impacto inicial provocado pela estabilização monetária após o Plano Real em 1994 o sistema bancário passou por várias alterações, as quais possibilitaram que as instituições financeiras em atividade no país aprimorassem cada vez mais suas estruturas, reduzissem seus custos e alavancassem seus lucros. Vários fatores contribuíram para essa crescente rentabilidade do setor, dos quais podemos citar:

- A redução no quadro de funcionários;
- A terceirização de diversos serviços;
- O direcionamento dos clientes para as lojas de auto-atendimento e outros canais alternativos;
- O alto spread das operações de crédito devido à alta taxa de juros básico (SELIC²), aliado ao grande aumento das operações de crédito;
- A livre cobrança de tarifas sobre os serviços prestados, as quais cobrem a totalidade dos custos com a folha de pagamentos de quase todos os bancos;
- A massificação de produtos e serviços já existentes;
- E a criação de novos produtos.

A estabilização monetária aliada aos baixos percentuais de participação das operações de crédito na renda nacional, hoje em torno de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, principalmente nas operações de varejo (Crédito Pessoa Física), em conjunto com a ampliação dos prazos de pagamentos e financiamentos, possibilitando a um número crescente de pessoas a compra de bens de consumos duráveis, fomentou as concessões de crédito para as

² Taxa básica de juros determinada pelo Banco Central e utilizada na remuneração dos títulos públicos e empréstimos intebancários.

empresas e Pessoas Físicas. A atuação das financeiras nesse aspecto foi muito importante, através do CDC (Crédito direto ao consumidor) utilizado principalmente nos financiamentos de veículos. As financeiras já existentes, e várias que surgiram nessa nova fase, ampliaram sua participação no mercado possibilitando a concessão de crédito com menor burocracia, mesmo que a um custo mais elevado. Outro fato relevante foram as mudanças nas grandes lojas de departamentos, que passaram a emitir seus próprios cartões, inicialmente apenas para o uso interno e posteriormente externo, além de concederem empréstimos devido às mudanças na sua constituição, ou seja, passaram a agir como empresas financeiras e não apenas comerciais.

Com a estabilidade econômica e as facilidades apresentadas para a aquisição de crédito junto aos bancos, financeiras ou diretamente nas empresas, o setor produtivo do país teve um grande impulso, o que deveria ocorrer apenas com o aumento da renda da população, conforme questiona Schumpeter.

Não é um elemento das formas e necessidades fundamentais da vida industrial. Não faz parte da natureza econômica de nenhum indivíduo que deva contrair empréstimo para o consumo nem da natureza de nenhum processo produtivo que os participantes devam incorrer em dívidas para o propósito do consumo. (SCHUMPETER: 1985, p. 72 apud Jacob, 2003)

Além das operações de crédito outros produtos que também ganharam importância nessa nova fase do sistema bancário foram os títulos de capitalização; os seguros de vida, de veículos e de residência; os planos de previdência privada; o limite de cheque especial e os cartões de débito e crédito.

5.3 - O Banco Nossa Caixa S/A

O Banco Nossa Caixa foi instituído em 1917 sob a razão social de Caixa Econômica do Estado de São Paulo (CEESP), com o intuito de fomentar a poupança da população paulista. O Estado de São Paulo já contava com outra instituição bancária, o Banespa, que manteve suas funções de fomento a agricultura e as demais atividades produtivas no Estado.

“Sua função era promover ambiente seguro e remunerador para as pequenas economias, de forma a estimular as classes populares a economizarem parte de seus rendimentos, precavendo-se de qualquer acontecimento futuro, quando fosse necessária alguma soma em dinheiro; e prover auxílio adicional, a juros abaixo dos praticados no mercado, quando aquelas economias fossem insuficientes”. (Costa Neto *apud* Contel, 2006, p.32)

A capilaridade de agências da CEESP acompanhou inicialmente as linhas férreas existentes no território paulista e conjuntamente com os demais atores do sistema bancário ampliou sua rede de atendimento por todo o Estado de São Paulo nas décadas de 1940 a 1960.

Em 1988 com a promulgação da nova Constituição Federal e da Resolução nº 1.524 de 21.09.88 do Conselho Monetário Nacional a CEESP em 09/02/1990 altera sua razão social para Nossa Caixa Nosso Banco S/A (NCNB), deixando de ser uma caixa econômica para se tornar um Banco Múltiplo. Essa alteração nas normas do sistema bancário provocou na Nossa Caixa Nosso Banco a necessidade de uma nova postura no mercado financeiro. O Plano Real alterou toda a dinâmica do setor bancário e a NCNB também teve que se adaptar a nova realidade imposta, uma vez que seus lucros se baseavam na remuneração de Títulos Públicos pela taxa básica de juros.

Tanto o Banespa como a NCNB eram agentes do estado de São Paulo e suas capacidades de crédito foram utilizadas por vários mandatos governamentais, causando uma crescente dívida do estado com as duas instituições. A dívida estatal com os dois bancos evidenciou a falta de liquidez das instituições que rotineiramente necessitavam de auxílio do Banco Central, por meio da Carteira de Redescoto, para honrar seus compromissos. Este fato ocasionou a intervenção, por parte do Governo Federal em ambas as instituições. O governo de São Paulo, representado pelo então Governador Mario Covas conseguiu por meio de articulações políticas manter a Nossa Caixa Nosso Banco S/A sobre controle estadual, pois a venda do Banespa era suficiente para sanar as dívidas do estado, portanto o banco foi utilizado como moeda de troca indo a leilão em Novembro de 2000, sendo comprado pelo Banco Santander S/A.

Um Novo desafio se apresentava à Nossa Caixa Nosso Banco, assumir todas as funções exercidas pelo Banespa, como único representante do Estado. Gradativamente as operações que eram responsabilidades do Banespa migraram para a NCNB, entre elas: As contas do estado e das Secretárias, o pagamento dos fornecedores do estado, os depósitos judiciais e a folha de pagamento dos servidores públicos estaduais.

Como agente do sistema financeiro na figura de banco múltiplo e impulsionada pelo novo papel imposto a Nossa Caixa buscou ampliar o seu *portifólio* de produtos e serviços, visando atender as demandas do mercado. Em 23/01/2001 uma nova alteração na denominação social da empresa é autorizada pelo Banco Central, passando a se chamar Banco Nossa Caixa S/A.

5.4 - A moeda Eletrônica – Cartões de Débito e Crédito

A história do cartão de crédito remonta à década de 1920, mas o primeiro cartão de crédito foi emitido em 1950 pelo Executivo Frank Macnamara com a denominação de Diners Club Card. Em 1956 por meio de franquia foi lançado o cartão Diners Club no Brasil, inicialmente como cartão de compras e não de crédito, apenas em 1968 é lançado o primeiro cartão de crédito por um banco, já o cartão de débito foi lançado somente em 1983. A utilização do cartão de crédito como meio de pagamento nos EUA e na Europa é bem difundido há várias décadas, mas no Brasil apesar de sua presença desde a década de 1950, como nos EUA, a sua aceitabilidade e ampla utilização só ocorreu na década de 1990, principalmente após o Plano Real e a estabilização da economia.

A partir do ano de 1995 ocorre uma crescente emissão de cartões de crédito e de débito, onde ano após ano a quantidade de cartões emitidos e ativos é cada vez maior. As novas tecnologias facilitaram em grande parte essa mudança no sistema de pagamentos, diminuindo vertiginosamente a emissão de cheques e ampliando a utilização dos meios de pagamentos eletrônicos, proporcionando mais segurança nas transações além do menor custo para o sistema. A utilização de cartões magnéticos proporcionada pelas novas tecnologias atingiu todas as modalidades de pagamento e nichos de mercado, desde os benefícios da Previdência Social (INSS), cartões telefônicos, vale Alimentação, vale transporte, lojas de departamentos, rede de combustível, cartão de contas bancárias e os cartões de crédito.

No ano 2000 o país já possuía 119 milhões de cartões emitidos, em 2003

esse número já alcançava 222 milhões, chegando em 2007 a quantidade de 436 milhões de cartões. Considerando que a população brasileira é de 183,9 milhões de habitantes (IBGE, 2007) podemos inferir que há uma emissão de 2,37 cartões por habitante. Um número muito expressivo, principalmente se considerarmos quem nem todos possuem condições etárias ou financeiras de possuir uma conta bancária, ou cartão de crédito.

Tabela 9

		MERCADO DE CARTÕES							
		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Total	Nº cartões (milhões)	119	151	183	22	277	338	386	436
	Nº transações (bilhões)	1,3	1,6	1,9	2,2	2,9	3,6	4,3	5,1
	Valor transações (bilhões)	69,2	93	110	134	167	209	254	311
Crédito	Nº cartões (milhões)	29	38	42	45	53	68	79	93
	Nº transações (bilhões)	0,7	0,8	1	1,1	1,4	1,7	2	2,4
	Valor transações (bilhões)	48,4	63,6	73	88	101	123	151	183
Débito	Nº cartões (milhões)	48	64	82	105	138	171	187	201
	Nº transações (bilhões)	0,2	0,4	0,5	0,7	1,1	1,4	1,6	1,9
	Valor transações (bilhões)	10,6	16,7	21,8	28,8	44,2	58,2	69,4	88
Loja e Rede	Nº cartões (milhões)	42	50	59	71	86	99	120	142
	Nº transações (bilhões)	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8
	Valor transações (bilhões)	10,2	12,7	14,8	17,6	21,7	27,4	33,7	39,4

Fonte: ABECS, Associação Brasileira de empresas de cartões de crédito e serviços adaptado por Paulo S. C. Alonço

A ampliação na utilização dos cartões de crédito ocasionou uma mudança nos circuitos da economia, principalmente nos últimos anos, devido à “abertura” do sistema bancário para os extratos sociais mais pobres. Vários bancos nos últimos anos buscam por meio da criação de produtos específicos e com a diminuição dos custos operacionais, atrair essa fatia da população, proporcionando a sua inclusão no sistema bancário de crédito e serviços. Essa nova realidade vem alterando

significativamente as estruturas do circuito econômico, possibilitando aos novos membros do sistema financeiro um alargamento territorial do consumo que, anteriormente, era limitado ao entorno do trabalho e residência (crédito local).

Além dos bancos, várias lojas de grande porte também iniciaram a emissão de cartões próprios ou em parceria com grandes administradoras de cartões de crédito, ampliando ainda mais as possibilidades deste novo mercado. Esse processo se tornou possível com a perspectiva de se compartilhar dados entre as instituições e os pontos de atendimento em tempo muito curto ou real. Estas empresas demandavam uma malha que abrangesse o território nacional, ou melhor, que interligasse da forma mais eficiente possível os pontos de interesse (DIAS, 1996). Nesse ponto o estado de São Paulo sempre apresentou boas condições de atendimento às necessidades do setor e se consolidou como o grande concentrador dos conglomerados financeiros e principal ponto da rede financeira nacional.

Toda essa base bem estruturada caracteriza o sistema bancário como uma importante peça do circuito superior da economia (Santos, 2004), pela sua capacidade tecnológica e de organização, mas paralelo a este circuito também se formava um circuito inferior.

A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com renda muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não têm condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essas diferenças são a causa e o efeito da existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. (SANTOS, 2004, p.37)

O sistema financeiro brasileiro tem sofrido várias mudanças nos últimos anos e a rede bancária que outrora atendia prioritariamente o circuito superior começa a se comportar de forma diferente. O sistema financeiro mostra sinais de interesse também no circuito inferior.

A tecnologia em comunicação proporciona a facilidade de acesso ao crédito e um maior controle sobre as informações pessoais da população com a possibilidade de compartilhar informações sobre a adimplência/inadimplências do tomador nos órgãos de informações de crédito (SERASA, SCPC e SISBACEN³). Portanto em torno das empresas do ramo formou-se uma rede em que se pode controlar mais do que o dinheiro que circula entre a população, desde o circuito superior da economia até o circuito inferior por meio da recente inclusão bancária, pois os dados disponibilizados pelos órgãos ou empresas que prestam os serviços de análise e informações sobre as experiências anteriores dos clientes propicia ao sistema financeiro uma maior eficiência na concessão de crédito por meio do controle do percentual de comprometimento da renda, o que concede maiores condições de garantir a adimplência do tomador e de regular o mercado.

O Banco Nossa Caixa S/A entrou definitivamente no mercado de cartões a partir do ano de 2003, através da criação de uma subsidiária de administração de cartão de crédito e a consolidação de parcerias com as duas maiores administradoras de cartões do país e do mundo: A Mastercard e a Visa. Essa parceria possibilitou uma grande emissão de cartões pelo Banco Nossa Caixa e

³ SERASA – Empresa Brasileira de análise de crédito/ SCPC – Serviço Central de Proteção ao crédito/ SISBACEN – Sistema de informações do Banco Central.

uma rápida inserção neste mercado, considerando que o Banco Nossa Caixa possui quase a totalidade da sua rede de unidades no Estado de São Paulo, pois apenas cinco unidades se localizam fora do Estado.

Tabela 10

		2003	2004	2005	2006	2007
MERCADO DE CARTÕES DE CRÉDITO						
TOTAL DO PAÍS	Nº cartões (milhões)	45	53	68	79	93
	Nº transações (milhões)	1.100	1.400	1.700	2.000	2.400
	Valor transações (bilhões)	88	101,3	123	151,2	183,1
NOSSA CAIXA	Nº cartões (milhões)	0,04	0,37	0,83	1,3	1,7
	Nº transações (milhões)	0,08	4,7	11,3	19,6	31,6
	Valor transações (bilhões)	0,001	0,31	0,71	1,27	2,1
% PARTICIPAÇÃO NOSSA CAIXA	Nº cartões	0,09%	0,70%	1,22%	1,65%	1,83%
	Nº transações	0,01%	0,34%	0,66%	0,98%	1,32%
	Valor transações	0,00%	0,31%	0,58%	0,84%	1,15%

Elaborado por: Paulo S. C. Alonço Fontes: ABECS e DECAR - Depto de Cartões do Banco Nossa Caixa

Em 2007 o Banco Nossa Caixa já havia emitido mais de 1,7 milhões de cartões de crédito, frente aos 93 milhões de cartões de crédito emitidos no país, o que representa 1,83% de participação no mercado, com menos de cinco anos de atuação, pois as emissões tiveram início em novembro de 2003. Diante da magnitude dos números e cifras envolvidos nas operações efetuados com cartões, os números apresentados pelo Banco Nossa Caixa S/A podem parecer insignificantes, mas é necessário ponderar o curto espaço de tempo que a instituição está presente num mercado bem alicerçado desde a segunda metade da década de 1990. Outro fator relevante é que os números utilizados referem-se ao total de cartões e utilizações do país. Se considerarmos o volume financeiro

que circula no Estado de São Paulo, próximo de 40% do país, e fizemos uma equiparação com o total de 93 milhões de cartões, esse número cai para 37,2 milhões de cartões, onde a participação da Nossa Caixa seria de 4,56%, um número muito expressivo para a 11ª instituição financeira do país.

Entre os usuários dos cartões do Banco Nossa Caixa S/A 49,7% são Profissionais liberais ou funcionários de empresas privadas e 40,9% são servidores públicos estaduais. Esses números demonstram o potencial de crescimento na venda de cartões que o Banco Nossa Caixa S/A detêm, pois os servidores públicos estaduais (aproximadamente 1.100.000) começaram a receber seus proventos através do banco somente em janeiro de 2007 e metade desse contingente não possui nenhum cartão do Banco Nossa Caixa.

6 - A Internacionalização do crédito

A abertura do mercado brasileiro na década de 1990 possibilitou a entrada de diversas instituições financeiras por meio de aquisições de bancos e financeiras já instaladas no país ou do aumento de sua participação nas empresas em que já possuíam capital empregado. Contudo essa "invasão" internacional no sistema bancário apenas demonstra que o capital é totalmente fluido em relação ao território, pois as instituições financeiras que abarcaram seu capital em bancos no Brasil já possuem empresas, financeiras ou não, em diversos países pelo mundo. As bolsas de valores são outro exemplo da mobilidade financeira mundial possibilitando que os aplicadores possam migrar seus investimentos sempre que outro mercado se torne atrativo.

Essa característica do capital somente está presente quando se trata de grandes empresas e de investidores internacionais, pois no que se refere à pessoa física comum o crédito sempre está limitado à instituição da qual é cliente. Todos os bancos possuem diversas linhas de crédito a disposição de seus clientes, mas este crédito só acessível na instituição que a concede, em muitos casos apenas na agência onde detém a sua conta. Em consequência deste fato o crédito também se limita ao território onde a instituição está instalada, não sendo possível pleitear um empréstimo ou qualquer tipo modalidade de crédito em outro país e, no caso do Banco Nossa Caixa, as limitações territoriais são mais flagrantes, pois sua capilaridade territorial restringe-se ao estado de São Paulo e sete outros pontos fora de seu estado de origem (Campo Grande/MS, Curitiba e Londrina/PR, Belo Horizonte e Uberlândia/MG, Brasília/DF e Rio de Janeiro/RJ).

Uma exceção que podemos citar a esta regra é o cartão de crédito, pois mesmo sendo emitido aqui no Brasil, desde que na versão internacional, ele pode ser utilizado em todos os países que possuem empresas conveniadas as administradoras do crédito. O que abre essa possibilidade é que as administradoras de cartões de crédito estão presentes em quase todo o mundo, através dos contratos de emissão com bancos ou grandes empresas e pelas lojas conveniadas, onde milhões de estabelecimentos aceitam receber suas vendas ou prestação de serviços por esta modalidade de pagamento. Portanto um cliente do Banco Nossa Caixa, ou de qualquer outra instituição do país, que possua um cartão de crédito com abrangência internacional pode usufruir do limite de crédito concedido em quase todas as partes do mundo e pagar suas despesas com o

cartão. Os gastos efetuados são convertidos da moeda local para a nossa moeda, o real, na próxima fatura de pagamento.

Ou seja, um banco territorialmente limitado como é o caso da Nossa Caixa, valendo-se das grandes empresas de cartão de crédito, pode, em certas modalidades, alargar suas latitudes.

7 - Conclusão

O sistema bancário surgiu em decorrência da divisão do trabalho, que originou as mercadorias-moedas e conseqüentemente a moeda, inicialmente cunhada em metais e posteriormente passando ao papel-moeda e finalmente a moeda escritural e eletrônica. Tanto o surgimento como as alterações que ocorreram no sistema bancário através dos tempos foram motivados pelas necessidades da sociedade. Primeiramente foi necessário um local seguro para a custódia dos valores, seqüencialmente os custodiantes desses valores perceberam a possibilidade de utilização de determinado percentual por meio de empréstimos aos comerciantes para ampliação ou início de seus negócios.

O sistema bancário no Brasil surgiu com a vinda da família real em 1808, mas o primeiro banco fundado no país não tinha como objetivo a captação de depósitos e concessão de empréstimos, mas apenas a emissão de papel moeda e somente em 1838, ou seja, trinta anos depois é que a dinâmica de captação e concessão teve início no país.

As dimensões territoriais do nosso país e a desarticulação entre as regiões

produtivas geraram “regiões monetárias isoladas” (Contel, 2006), o que permaneceu até 1906, quando o Banco do Brasil foi instituído como representante do Estado e única instituição autorizada a emitir papel moeda no país.

A “unificação” da moeda no país não possibilitou uma distribuição uniforme dos agentes monetários pelo território, pois não existia uma estrutura consolidada nos meios de transportes e de comunicação. O Estado, por meio da Sumoc, a partir de 1945 instituiu várias normas e regras para a abertura e funcionamento de agências bancárias no país, fomentando uma maior distribuição e abrangência do sistema no Brasil. Sem a intervenção da autoridade monetária as instituições financeiras manteriam uma maior concentração em áreas que possuísem uma dinâmica econômica, ou seja, aonde existia uma demanda para os serviços e crédito bancário.

A partir da década de 1960 a rede de atendimento dos agentes financeiros sofreu uma grande ampliação motivada pelo novo sistema de transportes adotado, o rodoviário, o qual propiciou uma maior abrangência do sistema em relação ao modal ferroviário. Além da mudança no modal de transportes ocorrida nesse período outro fator que proporcionou a ampliação da rede de atendimento foi o avanço tecnológico nos meios de comunicação do país. O avanço técnico-científico que ocorreu a partir deste período foi amplamente utilizado pelo sistema bancário e deu início a grandes mudanças nas rotinas diárias dos serviços, possibilitando uma ampla integração do sistema e uma maior velocidade nas operações e na “velocidade da circulação do dinheiro no território” (Contel, 2006, p.112).

Em 1988 com a promulgação da nova Constituição Brasileira os bancos tornaram-se múltiplos, ou seja, não estariam mais limitados apenas ao setor financeiro, podendo atuar em outros ramos da economia. Todas as mudanças normativas, regulamentadoras ou ações do Estado não ocasionaram tantas alterações na dinâmica bancária como a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real a partir de 1994. As instituições financeiras que permaneceram em atividade após essa data tiveram que efetivar grandes mudanças na sua maneira de atuar e nos produtos disponibilizados para comercialização. As ações que eram voltadas para a captação de recursos visando a lucratividade com a remuneração dos títulos do governo federal em virtude da alta taxa de inflação vivenciada pelo país e as poucas linhas de empréstimos disponíveis deram lugar a um amplo *portfólio* de produtos e serviços, possibilitando aos bancos uma adaptação a nova realidade da economia nacional, retomando a lucratividade anterior e posteriormente ampliando-a de exponencialmente a partir do ano 2000.

Nem todas as instituições financeiras que atuavam no país conseguiram suportar a mudança abrupta no mercado nacional e o sistema, com o auxílio do Estado através do PROER e PROES, se ajustou por meio de fusões e aquisições entre os seus próprios atores ou pela entrada de grandes bancos internacionais no cenário Nacional, entre eles o Espanhol Santander, o Holandês ABN Amro e o Britânico HSBC.

A partir de 1995 em decorrência da estabilidade econômica os cartões de débito e principalmente os de crédito começaram a ganhar espaço no mercado nacional, tornando-se um dos principais meios de pagamento utilizados

atualmente. A quantidade de cartões emitidos e o volume financeiro movimentado por meio dessas modalidades de pagamento chegaram à cifra de R\$ 311 bilhões em 2007, sendo a modalidade de crédito movimentou cerca de R\$ 183 bilhões, algo que não seria possível num mercado com altos índices inflacionários, portanto a estabilidade econômica foi fundamental nas alterações sofridas pelo sistema bancário do país. Outra mudança deste período foi o maior volume de empréstimos concedidos as pessoas físicas com intuito de fomentar a aquisição de bens de consumo duráveis, por meio de financiamentos ou consumo de bens não duráveis por meio de crédito pessoal ou limite de crédito em conta corrente ou cartão de crédito.

A globalização econômica que o País começou a sentir a partir de 1994 devido à maior abertura do mercado financeiro a instituições financeiras internacionais também possibilitou a ampliação dos espaços de utilização das linhas de crédito oferecidas no país. Os portadores de cartões de crédito com bandeira internacional foram amplamente beneficiados com essa nova realidade, pois com uma moeda estável e valorizada foi minimizada a aquisição de moedas estrangeiras para viagens internacionais devido a possibilidade de utilização dos cartões de crédito internacional em qualquer país que possua estabelecimentos conveniados as administradoras que atuam no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- CANO, Wilson. **Introdução à economia: uma abordagem crítica**, São Paulo, UNESP, 1998.
- CONTEL, Fábio B. **Técnicas, Normas e topologias bancárias no Brasil**, Tese de Doutorado, Orientadora: Maria Laura Silveira, Usp, São Paulo, 2006.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORRÊA, Roberto L. **Trajetórias geográficas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Vanessa P.. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico – um estudo dos anos 1980 e 1990, in: CROCCO, Marco, GONZAGA, Frederico (orgs.). **Moeda e Território: uma interpretação dinâmica regional brasileira**, Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- DIAS, Leila C. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do território brasileiro. In: CASTRO, Iná E., GO.MES, Paulo César C., CORRÊA, Roberto L. **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- DIAS, Leila C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná E. GOMES, Paulo C. C. CORRÊA, Roberto L. (orgs.) **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- DIAS, Leila C. SILVEIRA, Rogério L. L. (orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**, Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2005.
- IBGE/DECNA. *Sistema financeiro: uma análise a partir das contas nacionais, 1990-1995*. Rio de Janeiro: IBGE/DECNA, 1997.
- JACOB, Claudio Avanian, **Crédito Bancário no Brasil – uma interpretação heterodoxa**, Tese de Doutorado, IE/Unicamp, Campinas/SP, 2003.
- LIMA, Heitor F. **História do pensamento econômico no Brasil**, São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1978.
- LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**, tradução: Estela Dos Santos Abreu, São Paulo, Martins Fontes, 1981.
- LOJKINE, Jean. **A revolução informacional**, Tradução: José Paulo Netto, São Paulo, Cortez, 1995.
- RODRIGUES DE PAULA, Luiz F. **Tamanho, Dimensão e concentração do sistema bancário no contexto de alta e baixa inflação no Brasil**, Rio de Janeiro, *Nova Economia*, v. 8, n. 1, p. 87-116, jul./dez. 1998.
in: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/tamanho_dimensao_e_concentracao.pdf

ROSSETTI, José P. **Introdução à economia**, 7ª ed. São Paulo, Atlas, 1978.

SAES, Flávio A M. **Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930**, São Paulo, IPE/USP, 186.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EdUSP, 2004 [1979].

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território In: **Território Territórios/ Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB**, Niterói, 2002.

Sites:

ABECS : http://www.abecs.org.br/mercado_cartoes.asp ,
http://www.abecs.org.br/quemsomos_historia.asp, último acesso em 21/11/2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL: <http://www.bcb.gov.br/>,
<http://www.bcb.gov.br/?sfn>,
<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/e88-2000/anex8.asp?idpai=relsf19882000>,
<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200112/Anexj.asp?idpai=revsfn200112>, último acesso em 21/11/2008.

DIEESE: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec55FusaoBancaria.pdf>,
último acesso em 21/11/2008

FEBRABAN: <http://www.febraban.org.br>, <http://www.febraban.org.br/bd>
http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=103,
http://www.febraban.org.br/portaldeinformacoes/FRProjetos.asp?id_grupo=760&id_pastaMA=25&id_assuntoMA=155%20&id_assuntoME=0&id_assunto=155&id_item=0,
http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Dadosdosetor/2007/item08.asp?id_assunto=0&id_pasta=0&tipo= , último acesso em 21/11/2008.

IBGE: www.ibge.gov.br,
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm> ,
último acesso em 22/11/2008.

<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/plano-real.jhtm>, entrevista com Sociólogo Sérgio Fausto, último acesso 29/10/2008.